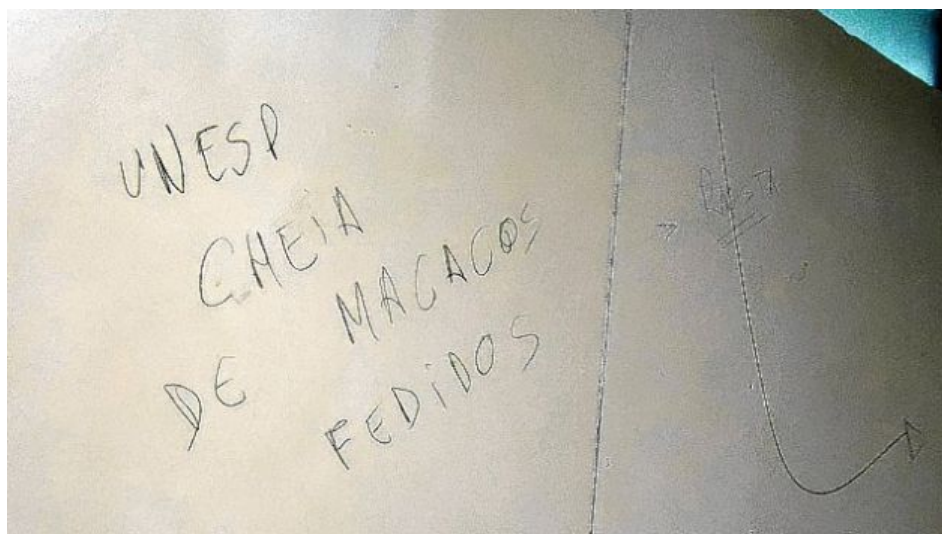


Cotas e as faces do racismo recreativo na universidade brasuca

claudio_tognolli

Claudio Tognolli

10 de agosto de 2015



Na última semana de julho os banheiros masculinos do Campus da Unesp em Bauru, interior de São Paulo, amanheceram pichados com gritas racistas.

O único nominalmente atacado nas pixações foi o professor Juarez Tadeu de Paula Xavier, coordenador do Núcleo Negro Unesp para a Pesquisa e Extensão (Nupe) e também chefe de comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp.

Este blog encomendou um texto ao professor, com suas percepções sobre o ocorrido.

Confira:

Combate “racismo recreativo ” na UNESP

As pichações racistas feitas nos banheiros da UNESP/Bauru [Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC]

causam espanto à comunidade [interna e externa], mas não são novidades. Elas são reações criminosas às mudanças em curso na universidade, nos dois últimos anos: adoção de política de ingresso, baseado no sistema de cotas, para as/os autodeclaradas/autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, provenientes de escolas públicas [PPI]; única universidade pública estadual a adotá-la, em São Paulo; reorganização do Núcleo Negro UNESP para a Pesquisa e Extensão [NUPE] (espaço estratégico de debate sobre a questão racial, vinculado à reitoria), cujas atividades estavam paralisadas há dois anos; retomada da publicação da revista Ethnos Brasil, periódico científico da instituição para as questões étnico-raciais; emergência dos coletivos políticos pela diversidade (mulheres, negros e homoafetivos), com reuniões e atividades regulares, e a articulação dessas atividades com os grupos em condições vulneráveis em diversas cidades (universidade multi câmpus): coletivos musicais [hip hop, funk, samba], coletivos tradicionais [umbanda, candomblé], coletivos culturais [umbigada, batuque, afoxé, maracatu] e coletivos políticos [associações de moradores de grupos sociais em condições vulneráveis].

As reações fazem parte das práticas do racismo institucional/estrutural/sistêmico: procedimentos cotidianos que atravessam a instituição, em todas as suas dimensões [ensino, pesquisa, extensão, gestão e permanência], segundo a literatura internacional sobre as políticas públicas. O plano de ação do Nupe (curto, médio e longo prazos, divulgado no final do junho) acirrou o descontentamento dos grupos conservadores na universidade, manifestado de forma pontual em enfrentamentos recentes [greves de 2013 e 2014, as mais longas da história da instituição; debate sobre a paridade nos órgãos colegiados, locais e gerais, desde o processo eleitoral até a representação por segmento da comunidade acadêmica; debate sobre as cotas sociais e raciais; implantação de um plano de educação para a diversidade, em debate na instituição].

Não são novidades. Seguem o roteiro visto antes na PUC/SP e na USP, em circunstâncias e ambiências diferentes, há pelo menos três décadas.

A PUC/SP tinha o Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), criado em 1981, que teve a participação do ex senador Abdias do Nascimento, nos anos de 1980, quando estudei na instituição. O Ipeafro tinha uma leitura sofisticada sobre a adoção de políticas públicas de ingresso em instituições de ensino superior.

A literatura que tive acesso na época baseava-se nos textos do Partido Black Panther [Angela Davis, Stokely Carmichael], produzida ao longo dos anos de 1960/1970.

Os textos apontavam o papel estratégico da universidade na reprodução dos valores culturais hegemônicos [intersecção de gênero, classes e étnica/racial], e as dificuldades para a implantação de políticas públicas de ingresso e, depois, de permanência. O foco dos debates era a cobertura da imprensa nos Estados Unidos sobre essa questão.

Em 1983, por iniciativa do Grupo Negro da PUC/SP, foi organizado o seminário que tratou da experiência científica negra na universidade, para aprofundar o debate e para ter noção da magnitude do desafio nesse campo.

No período, quando assumi a direção do Diretório Central dos Estudantes [DCE-Livre 1982/1984], a tensão racial permeou todo o mandato, com picos de conflito aberto, em momentos de tensão, como quando houve a “ocupação” da reitoria e da tesouraria. Um funcionário graduado do setor abriu o repertório racista, e foi criticado pela reitoria, dirigida pela professora Nadir Gouvêa Kfourri, por esse comportamento.

Desse debate, ficou a convicção das dificuldades de adesão de políticas públicas nas universidades (cotas), e para a superação das suas implicações [alteração no âmbito do ensino, pesquisa, extensão, gestão e recrutamento de docentes e funcionárias/os técnico-administrativos].

O tema foi um dos destaques do III Congresso das Culturas Negras das Américas, em 1982, realizado na instituição.

Na década seguinte, no período do mestrado e doutorado, temperado pela experiência da militância na União de Negros pela Igualdade [Unegro], os debates se reproduziram no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro da Universidade de S. Paulo [Neinb], com o foco na pauta do movimento negro: denúncia do extermínio de jovens pobres e negros nas periferias das grandes cidades.

A campanha política [“Não matem Nossa Crianças”] deflagrada pelo movimento negro teve múltiplas repercussões no I Encontro Nacional de Entidades Negras [Enen], em 1991, nas atividades dos 300 anos de morte de Zumbi dos Palmares, em 1995, e nas diversas comissões parlamentares de inquérito realizadas [municipal (vereador Vital Nolasco/PCdoB); estadual (deputado Jamil Murad/PCdoB), e nacional (senadora Benedita da Silva/PT)].

O cenário da questão racial entrou em ebulição: reuniões preparatórias da III Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban [África do Sul], realizada em 2001, formação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), pelo governo Fernando Henrique Cardoso, coordenado pelo professor Hélio Santos; formação do grupo de estudo especial pela USP, com a participação dos professores Milton Santos e Kabengele Munanga; encontro dos Povos Negros das Américas, realizado no Memorial da América Latina.

No debate sobre as cotas nas universidades, de lá pra cá, num período de ocorrência de grandes debates [III Conferência Contra o Racismo, com uma série de resoluções, assinadas pelo governo brasileiro, para a aderência às políticas públicas de ingresso na universidade; aprovação da lei 10.639/03, que alterou a LDB (9394/96); instituição da Secretaria para a Promoção da Igualdade Racial (Seppir), no governo Luiz Inácio Lula da Silva; consolidação da Fundação Cultural Palmares, instituída da década de 1980; adoção das cotas nas universidades públicas federais, com o suporte do Supremo Tribunal

Federal (STF); formação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN); a aprovação da Década do Afrodescendente pelo Plenário Geral da Organização das Nações Unidas (2015/2024); divulgações dos mapas da violência] a situação ficou mais acirrada, pela distorção do debate na esfera pública de opinião que desenhou as cotas como privilégio e não como direito.

A polarização política [nas esferas analógicas e digitais] contaminou a discussão sobre as cotas (e de outras políticas públicas), e substituiu a argumentação conservadora pela violência verbal.

Nesse cenário, o Nupe decidiu ser intolerante com a intolerância, e denunciar as práticas de discriminação “recreativa” [pichações, expressões, comportamentos, piadas que conotem menor valia aos grupos em condições vulneráveis], contra mulher, LGBT e afrodescendente.

As medidas aprovadas têm dois vetores: o legal [contra o crime cometido, com boletim de ocorrência e investigação policial] e o pedagógico [intensificação do debate sobre a educação para a diversidade].

Esses são os focos do combate à intolerância na universidade e dos nossos esforços políticos para a construção de uma ambiência acolhedora para os pretos, pardos e indígenas na Universidade Estadual Paulista, que se multiplicarão com a política de reserva de 35% para cada um desses grupos sociais.